

Convenção do PMDB aprova moratória

BRASÍLIA — A proposta de uma moratória, como ponto de partida para a renegociação da dívida externa brasileira, foi mais um ponto de discórdia entre os grupos que disputaram os cargos de direção na convenção do PMDB. No sábado, primeiro dia do encontro, o plenário aprovou as diretrizes econômicas que deverão guiar a plataforma do candidato do partido à Presidência da República, dentre as quais consta uma defesa da redução dos juros internos e fim da "ciranda financeira", redução da dívida externa, controle dos preços e das margens de lucro das empresas e reposição das perdas salariais decorrentes do Plano Cruzado Novo e acumuladas ao longo dos anos.

O Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), um dos redatores do documento, considerou a moção aprovada pela convenção "uma beleza".

— Mas tive que brigar, pois não estavam querendo botar a palavra moratória — afirmou.

Também participaram da elaboração do documento o Senador Severo Gomes, os ex-Ministros Renato Archer e Celso Furtado, o economista Luciano Coutinho e o engenheiro João Oswaldo Leiva. O documento diz que a reativação da economia brasileira é prioritária. O Governo, afirma, não tem credibilidade para adotar as decisões necessárias para sair da crise, nem é capaz de renegociar a dívida externa, combater a especulação financeira, controlar preços e margens de lucro e instaurar a negociação entre empresários e trabalhadores.

As diretrizes sugerem que o serviço da dívida fique subordinado ao crescimento do País — no mínimo de 5% ao ano. Para isso, sugere-se que a transferência de recursos à exterior fique limitada a 2% do Produto Interno Bruto, e as reservas sejam mantidas no nível necessário para garantir a importação de bens e serviços durante três meses.